

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) E DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS – CPI FUNAI e INCRA 2

REQUERIMENTO Nº DE 2016

(Do Sr. Paulão e outros)

Requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVITE ao Sr. José Maria Júnior, Presidente do Conselho Diretor da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, para participar de audiência pública a fim de tratar sobre os processos de demarcação de terras indígenas e quilombolas no Estado do Maranhão.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 3º da Constituição Federal, e na forma prevista pelo art. 35 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que ouvido o plenário desta Comissão seja convidado o Sr. José Maria Júnior, Presidente do Conselho Diretor da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, para participar de audiência pública a fim de tratar sobre os processos de demarcação de terras indígenas e quilombolas no Estado do Maranhão.

JUSTIFICATIVA

Importante que a CPI receba as contribuições para o desenvolvimento dos trabalhos, a participação do Sr. José Maria Júnior, Presidente do Conselho Diretor da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, que irá trazer as informações da entidade de direitos humanos que acompanha a implementação das políticas quilombolas e indígena no Estado do Maranhão.

A Sociedade Maranhense de Direitos Humanos tem como objetivos a disseminação de uma nova cultura em direitos humanos, que se contraponha à naturalização da violência; o resgate da vida como valor fundamental e incorporação das dimensões dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos, ambientais e culturais; e a promoção, defesa e proteção dos direitos humanos a partir das temáticas dos direitos à terra, o meio ambiente, a segurança pública e a integridade física.

A Sociedade Maranhense de Direitos Humanos - SMDH nasceu no final da década de 70 em plena ditadura militar lutando pela anistia. Reuniu um grupo de estudantes, intelectuais e artistas que se destacaram no debate dos Direitos Humanos e foram personagens importantes na história recente de nosso estado. Ao longo desses 29 anos, a SMDH, uma entidade da Sociedade Civil de natureza pública e um espaço político de denúncia contra o arbítrio e a violência, adotou como uma das linhas de ação a assessoria jurídica e a formulação de denúncias e reivindicações oriundas das comunidades, junto aos governos.

Para tanto solicitamos o apoio aos nobres para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em 09 de novembro de 2016.

Dep. Paulão

PT – AL

Dep. Erika Kokay

PT - DF

Dep. Nilto Tatto

PT – SP

Dep. Valmir Assunção

PT - BA

Dep. Marcon

PT - RS

Dep. Patrus Ananias

PT - MG